

# Renegociar a dívida externa... com o PMDB

17 JAN 1987

Ao comentar a oportunidade da viagem aos Estados Unidos do presidente do Banco Central, sr. Fernando Bracher, perguntávamos se a data tinha sido bem escolhida, porquanto o governo não tinha ainda chegado a uma conclusão quanto à política econômica. Hoje, verificamos que não terá definições. Não poderíamos ter imaginado, no entanto, que o presidente do Banco Central fosse encontrar novas dificuldades; no momento em que procura encaminhar uma nova renegociação, o PMDB volta a pedir a moratória parcial...

A proposta do PMDB, que fala em nome de eleitores enganados pelo Plano Cruzado, é estranha. Segundo o documento da Executiva do partido e dos governadores, o povo brasileiro "quer o tratamento soberano da dívida externa". Com esta frase, naturalmente, os signatários querem afastar qualquer monitoramento do FMI; deve ter sido por isso, certamente, que, posto a par do que ocorria em Brasília, o presidente do Banco Central, em Washington, desmentiu declaração que lhe fora atribuída (por todos os jornais), segundo a qual um dia o Brasil teria de recorrer ao organismo internacional. É interessante, aliás, verificar que se atribui ao senador Fernando Henrique Cardoso, de volta da Europa, sensação de desconforto com o "atraso" com

que vários círculos do PMDB apreciavam o papel do FMI, no qual s.s.a. começa a descobrir uma "tendência terceiromundista". Assim, para ele, o PMDB deveria "rever sua maneira de encarar o FMI".

No documento, que comentamos, o PMDB afirma: "A dívida que resultou, em grande parte, da imposição unilateral, não pactuada, ilegítima, das taxas de juros insuportáveis, não pode ser resgatada com o sofrimento e a fome do povo". O partido do governo diz que o Brasil não assinou livremente acordos, nos quais aceitou pagar os juros do mercado, cujas taxas flutuam. Se assim é, deveria denunciar os signatários de tais acordos (entre os quais o atual governo) por ter aceito taxas flutuantes e de mercado.

As propostas do PMDB são as mais estranhas: "suspensão de parte da dívida e a limitação das transferências de remessas para o Exterior por prazo a ser estabelecido, vinculada percentualmente aos valores da exportação ou do nosso PIB, bem como a redução preferencial da taxa de juros, de modo que possamos dispor da nossa poupança para os investimentos indispensáveis ao aumento da produção nacional" (sic). O que entendem os autores da proposta (entre os quais se destaca a musa do PMDB, a economista Maria da Con-

ceição Tavares) por suspensão de parte da dívida? Será a parte referente ao aumento do preço do petróleo pós-1973 e pós-1979, ou ao aumento das taxas de juros (que aliás estão baixando...)? Refere-se à dívida relativa à importação de alguns bens de capital que consideram inúteis (por exemplo para construção de centrais nucleares)? Os políticos do PMDB conseguiram suscitar uma grande dúvida entre os credores. Teria sido muito mais útil explicitar o pensamento peemedebista no momento em que o governo brasileiro pede renegociação da dívida externa.

Os autores do documento certamente se inspiraram no exemplo peruano ao propor limitar as remessas de juros e de dividendos em função de um percentual das exportações ou do PIB. Perigosa proposta, num momento em que não se sabe a quanto vão cair nossas exportações (que em novembro do ano passado foram inferiores 43% às de novembro de 1985), nem tampouco de quanto crescerá (ou cairá) o PIB...). Muito mais perigosa ainda quando se sabe que é preciso negociar com os credores e conseguir um aumento dos investimentos estrangeiros. Parece que os autores dessas propostas nunca se deram ao trabalho de analisar as consequências de uma moratória parcial (figura que não existe no vo-

cabulário dos credores), a qual iria apressar a erupção de uma recessão por falta de matérias-primas e insumos de base, e por uma queda violenta das exportações, que não mais poderiam ser financiadas com as linhas de crédito dos bancos estrangeiros.

O documento do PMDB lembra que o povo brasileiro não quer "o regime da incompetência". Tem razão, mas neste mesmo documento se comprova a maior das incompetências, ao serem propostas soluções, sem que se meçam suas consequências para o País.

Apenas podemos lastimar a posição do presidente do Banco Central, que, ao se encontrar com os credores, poderá ser por eles informado do documento do PMDB; ora, a mera existência dele é suficiente para justificar qualquer recusa aos pedidos de renegociação feitos pelo governo brasileiro. Diante desta missão impossível, caberá apenas ao presidente do Banco Central reconhecer que sua viagem foi prematura. A menos que esteja convencido de que, atrasando sua ida aos Estados Unidos, só poderia apresentar um quadro ainda mais negro da economia brasileira, que hoje está à beira do abismo, ou no fundo do poço — e cada qual escolha a opção que nos deixou o ministro do Planejamento: a queda mortal ou o afogamento.

ESTADO DE SÃO PAULO